

A Universidade de Luanda – apontamento histórico

The University of Luanda – historical note

António Martins Mendes

Faculdade de Medicina Veterinária, Av. da Universidade Técnica, 1300-477, Lisboa, Portugal

Sumário: O autor faz a história da Universidade de Luanda, enquadrando-a na situação política que se vivia em Angola nos princípios da década de 1960 e anos que se lhe seguiram, focando a sua importância na formação de técnicos essenciais ao desenvolvimento de Angola. Tendo recebido em 1963 a matrícula de 286 alunos a sua população estudantil em 1974 ultrapassava 4000 e o corpo docente era já superior a 300 pessoas. Nesse período fora construído e equipado um Hospital Universitário em Luanda. A Universidade descentralizara-se criando Pólos de desenvolvimento nas cidades planálticas de Huambo e Huíla. Em Luanda principiara-se a construção da cidade Universitária no ano de 1973. Estavam em funcionamento em 1973-74, os seguintes cursos: Ciências Pedagógicas, Médico-Cirúrgico, Engenharias (Civil, Minas, Electrotecnia, Química Industrial, Metalúrgica e Petróleos), Biologia, Agronomia, Silvicultura, Medicina Veterinária, Matemáticas, Física, Economia, Filologia Românica, História e Geografia.

Summary: The author describes the history of the University of Luanda within the political framework of the beginning of the sixties, underlying its importance on the training of staff, fundamental for the development of Angola. In 1963 the first 286 students enrolled the University and in 1974 there were 4000 students and a teaching staff of over 300 persons. During that period the University Hospital was constructed and equipped and the decentralization process began with the creation of Huambo and Huíla branches. The construction of the University campus at Luanda started in 1973 and in the lective year 1973-74 the following courses were taught: Education Sciences, Medicine and Surgery, Engineering (Construction, Mines, Electrotechnical, Industrial Chemistry, Metallurgy and Oil), Biology, Agronomy, Forestry, Veterinary Medicine, Mathematics, Physics, Economics, Romanics Philology, History and Geography.

Introdução

A criação do ensino em Angola foi uma tarefa demorada. Data de 14 de Agosto de 1845 o Decreto assinado pelo Ministro Joaquim José Falcão, que organizou o ensino primário nas Províncias Ultramarinas, mais tarde complementado por Decreto de 30 de Novembro de 1869 sob a assinatura de Rebelo da Silva – outro notável Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar. O ensino era dividido em primário, secundário e superior (1). Causas diversas dificultaram o seu desenvolvimento. Entre elas não serão menos importantes as vontades dos Governadores

Gerais que se sucediam. Somente mais tarde, surgiram as primeiras grandes reformas do ensino dirigido a europeus e a indígenas, às quais se ligam os nomes de Jaime de Morais, Norton de Matos, Massano de Amorim, Filomeno da Câmara. A Portaria Provincial nº 51 de 1919, criou em Luanda, o primeiro "Liceu Central de Angola", depois reconhecido pelo Diploma Legislativo Colonial nº 5 de 30 de Janeiro de 1924, passando a designar-se por "Liceu Central de Salvador Correia", equiparado aos liceus metropolitanos. Mais alguns anos se passaram até que, pelo Diploma Legislativo nº 40 de 6 de Abril de 1929, surgiu o "Liceu Nacional da Huíla", no Lubango (na então cidade de Sá da Bandeira), por transformação da "Escola Primária Superior Artur de Paiva", ali existente.

Durante este período o ensino oficial completava-se com o dos seminários e missões católicas. Apareceu depois o ensino primário e seguidamente o ensino profissional indígena: as escolas-oficinas e o ensino rural indígena.

Resolvida a questão do ensino secundário oficial, pela criação de internatos, o desenvolvimento da colonização europeia e da economia da Província obrigaram à criação do ensino particular: infantil, primário e secundário.

Curiosamente, num opúsculo publicado em 1934, por ocasião da I Exposição Colonial Portuguesa, da autoria do capitão Gastão Sousa Dias, conhecido historiador angolano e professor do "Liceu Nacional da Huíla Diogo Cão" – a máxima reivindicação era a criação em Luanda de uma "Repartição Central de Educação" pois por esse tempo, os serviços de instrução dependiam da "Direcção dos Serviços de Administração Civil" o que, convenhamos, era um absurdo a que urgia por cobro. Para o capitão Sousa Dias a necessidade da instituição do ensino moldado em..."novas formas, de alcance mais vasto e mais fecundo, que convenham à crescente população portuguesa fixada neste rincão da Pátria, bem como aos restantes indígenas, sem a colaboração dos quais não teria sido viável a nossa penosa e heróica fixação" (1), seria coisa do futuro.

Preliminares

Torna-se difícil saber ao certo quando foi que a necessidade da existência de Ensino Superior em Angola se terá transformado em reivindicação de sectores da burguesia colonial com maior poder económico ou mais letrada, cujos descendentes eram obrigados a procurar nas universidades metropolitanas uma formação complementar, nem sempre aplicável aos problemas angolanos que os preocupavam.

Os custos elevados dessas deslocações, também não permitiam uma selecção dos mais aptos, mas na década de quarenta aumentou muito o número de estudantes ultramarinos nas Universidades portuguesas. Pelas conversas entre eles depressa se aperceberam que a sua maneira de sentir não se conjugava, em muitos aspectos, com a dos estudantes portugueses. Então, um grupo de estudantes angolanos lembrou-se de organizar um "centro" onde se reunissem, a que deram o nome de "Casa de Angola". A esta seguiram-se diversas "casas de estudantes das colónias". O movimento preocupou o regime político que sempre temera a formação de elites esclarecidas, levando-o à formação de uma única "Casa dos Estudantes do Império", para mais fácil controlo e vigilância.

Entre essa elite de privilegiados surgiram naturalmente alguns elementos que sentiam mais agudamente a situação económica e social da grande maioria das populações das suas terras de origem.

Por esse tempo, na Europa, travava-se uma guerra que iria adquirir dimensão mundial, mas o Império Colonial Português permanecia indiferente e imutável. No entanto eram necessárias reformas urgentes, pois a sua concretização principiava a ser tardia (2).

Contudo, foi preciso chegar-se a Fevereiro e Março de 1961, para que as primeiras manifestações sangrentas dos movimentos independentistas de Angola, fizessem acordar as autoridades coloniais e surgisse uma ampla reforma administrativa. O Presidente do Conselho de Ministros assumiu a pasta da Defesa Nacional, afirmando que se devia caminhar para Angola com rapidez e em força. Vencera a "tese" da defesa da "integridade territorial". Depois confirma a sua decisão dizendo: "Não vejo outra atitude que não seja continuar" (3). Os militares ocuparam-se dos reforços que deviam ser enviados para Angola e do porto de Lisboa começaram a sair os primeiros navios com tropas.

Foi nomeado Ministro do Ultramar o Professor Doutor Adriano José Alves Moreira. Por sua iniciativa decretaram-se grandes reformas nos territórios ultramarinos.

O substantivo "colónia" e derivados foram banidos. Desapareceu o "Império Colonial" e repuseram-se as "Províncias Ultramarinas", consideradas como partes integrantes do Estado Português, podendo os seus cidadãos nelas circularem como quisessem e livremente escolherem os seus lugares de residência. Foi abolida a "Carta de Chamada". O estatuto indígena foi

revogado. Publicou-se nova "Regulamentação da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas". A obrigatoriedade de certas culturas, como a do algodão, foi extinta. Regras discriminatórias do trabalho e situação dos nativos foram abolidas. O ensino primário, que já vinha sendo aumentado, foi intensificado. Escolas de Ensino Técnico, Comerciais e Industriais, surgiram por todo o lado. Acelerou-se a abertura de novos Liceus. Abriam-se Institutos Superiores do Comércio e da Indústria. Criaram-se Escolas do Magistério Primário, destinadas a preparar pessoal docente. Intensificou-se a investigação científica nas Províncias Ultramarinas.

Enfim, pretendeu-se satisfazer, em dias ou semanas, as reivindicações dos povos das Colónias – agora recriminadas de "Províncias" – que até então não se atendiam por receio de que se declarassem independentes.

O Governador-Geral de Angola, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Álvaro Rodrigues da Silva Tavares, foi mandado regressar à Metrópole, em 14 de Junho de 1961, e substituído pelo General Venâncio Augusto Deslandes, que chegou a Luanda em 23 do mesmo mês e ano, assumindo imediatamente o Governo e, cumulativamente, o comando das forças militares em operações no Norte da Província.

Paradoxalmente, com o desencadeamento da guerra, iniciava-se em Angola uma época de grande expansão económica, mas faltavam os elementos humanos com formação universitária, que as situações criadas exigiam.

Pressionado pelas necessidades das reformas que havia decretado, o Governo mandou que se estudasse o problema do ensino superior no Ultramar (4).

Contudo, o Governador-Geral de Angola entendeu que poderia antecipar-se, retirando o máximo proveito das estruturas que já existiam na Província e justifica essa decisão no discurso proferido na sessão do Conselho Legislativo de 4 de Abril de 1962 (5): "...O número insuficiente de técnicos de nível universitário constitui neste momento o maior obstáculo ao progresso de Angola. Não se trata apenas das necessidades inerentes a novos programas ou ao alargamento dos serviços públicos. A verdade é que os próprios quadros actuais e a própria actividade particular se encontram pobremente dotados. Estamos seguros que Angola absorveria neste próprio momento um milhar de engenheiros, agrónomos, veterinários, economistas, médicos, professores do ensino secundário, etc.". Essa situação, em seu entender, tendia a agravar-se e "...no curto lapso de uns três ou quatro anos, a manter-se o sistema actual, a carência estará triplicada".

O Governador reconheceu que o Ministro do Ultramar prometera um Centro Politécnico para Angola e que poderia esperá-lo confiadamente, se não fosse a existência de um "...factor-tempo que nos queima e nos obriga a caminhar para não perdermos o controlo do vertiginoso desenrolar da conjuntura".

Afirmou querer tirar proveito de uma massa escolar relativamente importante, com tendência para aumentar,

pela criação de novas unidades secundárias e julgava ser seu dever ajudar o Governo da Nação a resolver o problema: "Analisadas as estatísticas de produção de técnicos portugueses, à luz das próprias necessidades da Metrópole em constante aumento, por virtude do esforço económico que aí se vem processando – forçoso é reconhecer que as actuais Universidades não estão aptas a suprir em condições satisfatórias a falta de técnicos com que se debatem as províncias ultramarinas e que dia a dia se vai tornando mais acentuada e grave". Tornava-se notória a falta das Universidades que o Ultramar há muito anos vinha reclamando.

Por isso "...na impossibilidade de fazer parar o tempo..." embora reconhecendo que "...não se formarão técnicos perfeitos, o que parece preferível a não se dispor de nenhuns...", iniciar-se-ia, no ano lectivo seguinte, o ensino superior em "Centros de Estudos Universitários" apoiados nos Institutos existentes. Para isso pedia o aplauso e o apoio do Conselho Provincial do Governo e o Diploma Legislativo nº 3 235 de 21 de Abril de 1962 foi aprovado (6). Na introdução a este Diploma reafirma que: "...é ponto de fê e de certeza que se está a viver em Angola o momento inicial de uma época de grande expansão económica; e por tal, há que se prever, desde já, um notável acréscimo das necessidades da Província em técnicos de várias especialidades que as hão-de apoiar e permitir".

E continua: "...O problema, posto superiormente com toda a clareza e analisado em todos os seus aspectos, encontrará solução definitiva na esperada e já prometida Universidade de Angola. Tem-se conhecimento de que o assunto continua a ser preocupação bem viva de quem tem poderes suficientes para o resolver".

Entretanto, como Angola não podia desperdiçar um minuto do seu tempo precioso, propunha uma solução transitória "...a que o apoio dos organismos científicos existentes assegurará possibilidades de êxito".

O Diploma referido determinava, no seu Art. 1º: "São organizados junto dos Institutos de Investigação e do Laboratório de Engenharia de Angola, Centros de Estudos Universitários". Seguiam-se as Portarias nºs. 12 196 a 12 201, que regulamentavam a organização e o funcionamento dos "Centros de Estudos" e dos "Cursos Profissionais e de Especialização". Os primeiros tinham a duração de cinco semestres lectivos, cada um com a duração de quatro meses. Os segundos duravam apenas dois semestres.

Estavam previstos Centros de Estudos de: a) Ciências Filológicas-Românicas; b) Ciências Filológicas-Germânicas; c) Ciências Geográficas e Naturais; d) Ciências Químicas, Físicas e Matemáticas; e) Ciclo de Formação Pedagógica; f) Ciências Médicas; g) Análises Clínicas; h) Especialização de Cirurgia Geral; i) Especialização de Saúde Pública; j) Estudos de Economia; l) Especialização de Estatística; m) Estudos de Engenharia Civil (comunicações); n) Estudos de Engenharia Civil (edificações e urbani-

zação); o) Estudos de Engenharia Civil (hidráulica).

A iniciativa do Governo de Angola deve ter rebentado como uma bomba no Terreiro do Paço e nos meios universitários portugueses que, por unanimidade, a condenaram. A imprensa angolana também não se mostrou muito entusiasta e a opinião pública, algo desconfiada com cursos universitários "a la minute", continuava mais preocupada com o que se estaria passando no norte da Província. O "Boletim Geral do Ultramar" – órgão oficial da Agência Geral do Ultramar – não a considerava como a resolução do problema, escrevendo que ela "... só se encontrará na esperada e já prometida Universidade" (3).

De facto parece que a ideia inicial do Governador de Angola teria sido instituir em Luanda um Instituto Politécnico, optando depois por Centros Universitários. De qualquer modo a solução escolhida somente teria viabilidade com a ajuda das Universidades Metropolitanas que não a podiam apoiar, por dificuldades dos seus próprios Estatutos e também porque na Metrópole dominava ainda a ideia de que uma formação universitária deveria ser sempre obtida nos Estabelecimentos de Ensino Superior da Mãe-Pátria, a bem da "unidade nacional"...

Obviamente o Diploma Legislativo nº 3 235 não foi reconhecido pelo Governo Central.

Alguns anos antes houvera já uma tentativa do Ministro do Ultramar Almirante Lopes Alves de transformar o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos em Instituto Universitário, núcleo de uma Universidade do Ultramar que se chamaria "Infante D. Henrique" e funcionaria em Lisboa, evidentemente, mas não tivera seguimento (23).

Em Setembro de 1962 o Ministro do Ultramar, Prof. Doutor Adriano Moreira, investido de atribuições legislativas visitou Angola, onde assinou diversos Diplomas com interesse para a Província e partiu para Moçambique. No dia 28 do mesmo mês, ao discursar na sessão de boas vindas realizada na Câmara Municipal da Beira, anunciou a criação de Universidades no Ultramar, numa... "solução equilibrada ao alcance das nossas possibilidades, conforme com a dignidade e altas tradições do ensino português... Por isso se entendeu que é oportuno instituir o ensino superior nas províncias de Moçambique e Angola, instalando os Estudos Gerais, que nos darão uma base séria e respeitável para a formação da juventude... A preparação ali recebida habilitará a várias especialidades e diminuirá apreciavelmente o período de tempo em que os estudantes terão de se ausentar do seu meio habitual" (7).

Não era ainda a Universidade que as "províncias portuguesas africanas" reclamavam, pois as licenciaturas só poderiam ser obtidas nas universidades metropolitanas, mas representaria a máxima concessão possível nessa época.

A escolha da cidade da Beira para esse anúncio era uma homenagem ao seu Bispo, D. Sebastião Soares de

Resende, que vinha defendendo, desde há muitos anos, a criação do ensino superior nas Colónias (8) no seu jornal "Notícias da Beira".

A legislação publicada pelo Governador Deslandes fora oportunamente submetida à apreciação da Junta Nacional da Educação, que emitiu um parecer dividido em 7 alíneas absolutamente arrasadoras, em 10 de Junho de 1962 (9): - os diplomas eram inconstitucionais; os planos dos cursos eram inaceitáveis; deviam funcionar em associação com as universidades metropolitanas; serem semelhantes aos cursos metropolitanos e com idênticas condições de ingresso; no Ultramar não seria possível fazer funcionar mais do que os dois ou três primeiros anos de alguns cursos superiores; o número de cursos que se pretendia criar era excessivo; o recrutamento dos docentes seria feito com critérios idênticos aos vigentes para as universidades da Metrópole.

Então, porque era urgente resolver a situação criada, que poderia causar grandes prejuízos aos estudantes, o Ministro do Ultramar, usando dos seus poderes legislativos mandou anular o Diploma Provincial Nº 3 235 e as portarias que o complementavam (9). Logo depois enviava para publicação no "Diário do Governo", um Decreto-Lei que receberia o Nº 44 530, de 21 de Agosto de 1962 (10), publicado também nos Boletins Oficiais das Províncias Ultramarinas (11) que no seu Art. 1º estipulava: "São criados nas Províncias de Angola e de Moçambique os Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa". No ponto 2 da sua introdução afirmava-se que... "nunca poderá ser esquecido que a Universidade é só uma, intimamente e perpetuamente ligada à ideia da unidade nacional que os portugueses vivem hoje com intensidade poucas vezes atingida no passado" (10).

Não deve ter sido fácil conseguir a anuência das habituais forças que se opunham tenazmente a todas as reformas, por temerem os efeitos perversos que os seus interesses poderiam ter com a formação de elites nas Províncias Ultramarinas.

Ao que se julga a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, em moção aprovada na reunião do seu Conselho Escolar de 24 de Julho de 1962 foi a primeira a: "Manifestar o seu intenso regozijo pela criação de estudos superiores em Angola e Moçambique...", "Afirmar a sua concordância com a Junta Nacional de Educação quanto à necessidade de se manter a unidade universitária portuguesa" e "... oferecer a sua leal colaboração à iniciativa de extensão e melhoria da Universidade Portuguesa" (12). Logo depois, em 25 do mesmo mês, o Senado da Universidade deliberava, também por unanimidade: "Expressar o seu regozijo pela anunciada promulgação do diploma que institui o ensino superior nas Províncias de Angola e de Moçambique, integrado na Universidade Portuguesa"; "Oferecer ao Governo da Nação e às Províncias de Angola e de Moçambique toda a colaboração que estiver ao seu alcance"

"...saudar o Governo pela histórica iniciativa... na esperança de que ela concorra para reforçar os laços da unidade nacional e para o desenvolvimento cultural e técnico do País". Aproveitava também a oportunidade para insistir nas suas próprias reivindicações ao "...Formular o voto de que se aproveite o ensejo para se proceder a uma reforma geral do ensino superior em Portugal, particularmente urgente no domínio das ciências, de modo que os novos Estudos Universitários entrem a funcionar de acordo com a orientação dessa reforma" (12).

O referido Decreto-Lei nº 44 530 (10) previa diversas medidas relacionadas com as instalações e o funcionamento dos Estudos Gerais Universitários, com realce para a nomeação de comissões instaladoras presididas pelo Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. Doutor Mosés Amzalak, com representantes das Universidades e da Junta de Investigações do Ultramar. Foi decidida a formação de uma única e numerosa Comissão, da qual faziam parte os Professores André Navarro, Joaquim Fiadeiro, Délio Nobre dos Santos, José Veiga Simão, Alberto Xavier da Cunha e outros, que foi empossada pelo Ministro Adriano Moreira, em 6 de Agosto de 1962 (13). Por razões operacionais decidiu-se depois formar uma Sub-Comissão Instaladora para Moçambique e designar o Professor Doutor Veiga Simão para a ela presidir como seu Delegado Executivo.

A Comissão Instaladora recomendou diversas medidas, tais como, constituição dos corpos docentes – suas categorias e remunerações – criação dos lugares de reitores, etc., para que rapidamente encetassem as suas actividades, o que foi satisfeito pelo Decreto 44 644 de 24 de Outubro assinado pelos Ministros da Educação Nacional e do Ultramar (14). Os Reitores eram nomeados em 14 de Novembro de 1962, por Portaria assinada pelos dois Ministros, perante os quais tomaram posse em 31 de Dezembro de 1962: a) - dos Estudos Gerais de Angola o Prof. Eng.º Agr. André Francisco Navarro – Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, Professor e Director do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, e b) - dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique um jovem Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Doutor José Veiga Simão. O solene acto de posse foi muito concorrido e a ele assistiram, além do Ministro do Ultramar, que era agora o Comandante Peixoto Correia e do Ministro da Educação Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, numerosas altas individualidades e pessoas ligadas ao Ultramar e ao ensino. Proferiram discursos, o Ministro do Ultramar e os empossados (15).

O Comandante Peixoto Correia principiou por prestar homenagem ao seu antecessor que concretizara a ideia, agradecer a excelente colaboração do Ministério da Educação e a "entusiástica participação e oferecimento de todos os recursos... dos Governadores-

-Gerais". Afirmou que se tratava de mais um elemento valioso para fortalecer a unidade nacional, um empreendimento "...integrado na política de ensino que tem sido seguida no Ultramar...", recordando que "... nos últimos dez anos foram criados em Angola vinte e oito estabelecimentos de ensino liceal e técnico-profissional e, em Moçambique 30"; terminou enaltecendo as presenças do Ministro da Educação e do seu Subsecretário de Estado e elogiando os dois empossados.

Os discursos dos reitores foram esclarecedores. O Prof. Engenheiro André Francisco Navarro, invocou precárias condições de saúde, mas afirmou que tudo faria para cumprir a sua missão com os olhos postos nos supremos interesses da Nação, falou da "indispensável prudência para evitar faltas consequentes de deficiente maturação cultural..." e terminou "Só peço que Deus me proteja em tão árduo labor". O Reitor Professor Doutor Veiga Simão, invocou o Ministro cessante Prof. Doutor Adriano Moreira e agradeceu a confiança que pelos actuais Ministros lhe era reiterada, dizendo do seu desgosto em sacrificar as suas ambições académicas "...as de estudar e investigar em Física; aceitei-o pela minha Universidade, o que o mesmo é dizer pela Universidade Portuguesa"... e todo o seu discurso foi o de um universitário que afirmava: "Na nossa Africa Oriental vai erguer-se a primeira Escola Universitária... cúpula das organizações de ensino já existentes e impulsionadora das instituições científicas que já participam activamente no desenvolvimento económico de Moçambique". Traçou depois todo um programa de actuação da "futura Universidade de Moçambique", da "nova Universidade de Lourenço Marques", na montagem de laboratórios bem equipados e de bibliotecas devidamente apetrechadas, mas sem esquecer a necessidade urgente da reforma do ensino universitário na Metrópole pois ousou mesmo recordar mais uma vez, ao Ministro da Educação Nacional "...a reforma das Faculdades de Ciências – que não pode ignorar as necessidades do Ultramar", porque "O Ultramar espera ansioso pelas novas Faculdades de Ciências". Terminou depois o seu notável discurso afirmando: "A satisfação deste anseio servirá para projectar com maior intensidade o espírito lusíada nas terras portuguesas de África" (15).

Com as nomeações dos Reitores cessaram as funções das Comissões Instaladoras, tendo sido louvados os respectivos membros pela "...grande dedicação, superior critério e perfeita eficiência demonstradas" (3).

Em 3 de Novembro de 1962 publicaram-se regras para a constituição dos primeiros corpos docentes dos Estudos Gerais Universitários, para que, rapidamente, se iniciassem as actividades escolares (16).

O Reitor André Navarro, no principio do mês de Fevereiro de 1963, ao chegar a Luanda, em entrevista à imprensa e à rádio, revelou a sua intenção de integrar na estrutura dos Estudos Gerais todos os organismos de investigação científica existentes na província,

especificando-os: Laboratório de Engenharia, Instituto de Investigação Agronómica, Laboratório de Patologia Veterinária, Instituto de Investigação Médica e Instituto de Investigação Científica, esclarecendo que o primeiro estava instalado em Luanda, os três seguintes em Nova Lisboa (Huambo) e o último em Sá da Bandeira (Lubango), revelando que desconhecia a localização e a situação legal de alguns dos Estabelecimentos referidos, o que talvez não fosse muito importante. Anunciou também a criação de um Curso de Ciências Pedagógicas, dizendo que, nesta primeira fase de funcionamento, os Estudos Gerais ficariam instalados em Luanda, promovendo-se, posteriormente, à sua descentralização (17).

Em 11 de Maio de 1963 o Governador Geral de Angola atribuiu aos Estudos Gerais uma verba de 40 000 000\$00 – "Para despesas de todas as classes com a instalação, apetrechamento e funcionamento dos Estudos Gerais Universitários", retirada da tabela de despesas extraordinárias do orçamento Geral da Província. A distribuição dessa verba pela Portaria Nº 13 099 de 16 Dezembro de 1963 (24) veio a ser assinada, na ausência do Reitor, pelo Professor Decano Doutor Ivo Ferreira Soares, seu substituto legal.

Em Julho de 1963 o Boletim Geral do Ultramar anunciava que os exames de aptidão aos Estudos Gerais teriam lugar na primeira quinzena de Outubro, coincidindo com os que viessem a realizar-se nas Universidades Metropolitanas (3).

A Portaria nº 20 027 de 24 de Agosto de 1963, fixava os quadros do pessoal docente, técnico, administrativo e menor dos estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique (19), que eram idênticos.

Por Portarias de 2 de Setembro de 1963 foram nomeados em comissão de serviço os primeiros Professores Catedráticos dos Estudos Gerais de Angola a saber, os Doutores: João de Oliveira e Silva, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; Délio Nobre dos Santos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Ivo Ferreira Soares da Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa (20).

A visita do Presidente da República Portuguesa e os Estudos Gerais

Em 16 de Setembro de 1963 o presidente da República Portuguesa, Almirante Américo Thomaz chegou a Luanda, viajando no paquete "Infante Santo". Foi essa a ocasião escolhida para a abertura solene do I ano lectivo dos Estudos Gerais Universitários de Angola. A sessão realizou-se no salão de festas do Liceu Nacional de Salvador Correia presidida, naturalmente, pelo Chefe do Estado. Rezam as crónicas que, para além do corpo docente respectivo, do Ministro do Ultramar e das Entidades

que formavam a Comitativa Presidencial, estiveram igualmente presentes o Governador Geral, o Arcebispo de Luanda, o Vice-Presidente da Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino e também numerosos convidados e simples curiosos. O discurso de abertura coube ao Reitor e a *oratio sapientiae* foi proferida pelo Prof. Doutor Délio Nobre dos Santos (3 e 21).

O Reitor, Prof. Engenheiro Agrônomo André Navarro, no seu discurso escrito à moda da época, fez uma longa invocação histórica, concluindo: "Os Estudos Gerais ao iniciarem as actividades escolares do ano de 1963-64, neste conturbado período de convivência internacional, em que a sábia mão de um providencial timoneiro, nos conduz com mão firme e inultrapassável mestria não poderiam ter presença mais desejada neste acto do que a daquele que é figura nacional verdadeiramente representativa das lídimas qualidades da nossa gente – o grande marinho e patriota insigne, que é a própria expressão da singeleza e grandeza de uma imorredoura pátria...". Falou da "...obra concebida pelo Prof. Adriano Moreira, depois construída pedra sobre pedra, pelos ilustres Ministros do Ultramar e da Educação Nacional e pelo mui digno Governador-Geral, estabelecendo uma estreita colaboração entre a pedagogia e a investigação científica...". Solicitou finalmente a protecção do Sr. Presidente da República para os Estudos Gerais e pediu licença para, em nome de Sua Excelência, dar a palavra ao Prof. Doutor Délio dos Santos para que proferisse a sua oração de sapiência.

Não conseguimos apurar o título desta conferência que talvez pudesse ser "Cultura e Civilização" ou "Civilização, Cultura e Liberdade", mas serviu para demonstrar a sua grande formação histórico-filosófica e política. Ao terminar a sua conferência o Professor Doutor Délio dos Santos sublinhava: "...Nós, portugueses, estamos, em relação aos problemas político-sociais modernos como os cristãos... Somos os anunciadores da "boa nova" – a de que todos os homens são iguais, independentemente de raças, de religiões, de castas ou posições sociais...". E concluía: "Somente os portugueses criaram, simultaneamente, o milagre da unidade da língua, da unidade da cultura, da unidade das instituições do direito. Somente eles criaram não pátrias mas uma só Pátria pelos quatro cantos do mundo repartida, animada de uma só alma, de um só espírito, de um só ser. Como amputar este Ser sem o destruir eis o que nós todos perguntamos e os outros não curam de perceber!... Pobres de espírito!... ou melhor, de entendimento e por isso deles não será o Reino dos Céus".

Uma vez terminada a sessão solene, com muitos aplausos, teve início uma festa promovida pelos alunos finalistas do Liceu. Numa sala reservada o Chefe do Estado recebeu os professores, cumprimentando-os e desejando-lhes felicidades.

Em 8 de Outubro foi nomeado o 1º júri dos exames

de aptidão para a primeira matrícula nos Estudos Gerais Universitários de Angola: Presidente: Eng.-Agrônomo André Navarro; vogais: Professor Doutor Ivo Soares, Eng.-Agrônomo Virgílio Canas Martins, Professor Doutor David Lopes Gajeau e Professor Doutor José Luís Rodrigues Martins (22).

Segundo o Boletim Geral do Ultramar o Senado Universitário dos Estudos Gerais reuniu pela primeira vez, pouco depois da sessão solene, sob a presidência do Reitor e logo no dia seguinte foi apresentar cumprimentos ao Governador-Geral, Tenente-Coronel Silvino Silvério Marques, dando-lhe conhecimento dos votos de agradecimento e saudação às autoridades que haviam permitido com "...a sua larga visão dos acontecimentos, a concretização dos primeiros cursos universitários em Angola," que nessa sessão haviam sido aprovados por unanimidade e aclamação e pedindo-lhe que, atendendo à frequência muito elevada prevista para o próximo ano lectivo, fosse considerada a verba necessária para a construção de 4 blocos destinados às aulas teóricas e práticas de: Matemáticas Puras e Matemáticas Aplicadas, do Instituto de Morfologia Humana e Veterinária e do Instituto de Fisiologia Humana e Veterinária, em Luanda e para o Instituto de Ciências Humanas, em Sá da Bandeira (Lubango) (23).

Frequência. Instalações. Novo Reitor

Contrariando as expectativas de quantos desconheciam Angola, logo no 1º ano lectivo de 1963-64, a frequência dos Estudos Gerais ultrapassou tudo quanto fora esperado, registando-se um total de 286 primeiras matrículas das quais 112 nas Ciências Pedagógicas. Os vários ramos da Engenharia registaram 97 inscrições; o curso Médico- Cirúrgico 45; os cursos de Agronomia e Silvicultura 18 e o curso de Veterinária 14. A situação iria obrigar as autoridades a rever as suas posições iniciais, a dedicar a máxima atenção a instalações universitárias apropriadas com laboratórios bem apetrechados e começou a tomar forma a transferência de alguns dos cursos para as cidades planálticas, com características climáticas mais adequadas, onde estavam implantados e em pleno funcionamento diversos estabelecimentos de investigação científica de Agronomia e Veterinária, eficientes, com pessoal qualificado e prestigiado internacionalmente (3).

Entretanto adquiriram-se e alugaram-se edifícios na Avenida Paulo Dias de Novais, mais conhecida por Avenida Marginal de Luanda, onde funcionariam: a Reitoria, os Serviços Administrativos Centrais, o Senado, a Biblioteca Geral, os Serviços Sociais, uma cantina, as disciplinas básicas e alguns dos laboratórios dos diversos cursos. Mas porque o tempo urgia, optou-se por instalações provisórias, abrindo-se concursos para pavilhões pré-fabricados destinados a:

Teatro Anatómico, Fisiologia e Farmacologia, Biotério, Cursos de Engenharia Electrotécnica, de Engenharia Civil, de Engenharia de Minas, de Engenharia Química e Engenharia Metalúrgica, que foram erigidos em terrenos próximos do aeroporto.

Em Agosto de 1964 o Reitor André Navarro, pediu a exoneração, alegando motivos de saúde. Uma portaria datada de 31 do mesmo mês nomeava, em sua substituição o Doutor António de Mendonça Monteiro, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, o qual tomou posse em 10 de Setembro seguinte e escolheu para Vice-Reitor o Doutor Arnaldo Fonseca Roseira, Professor Catedrático da mesma Faculdade. Mas o Professor Mendonça Monteiro, a cuja actuação se ficara devendo a contratação de novos elementos docentes, cedo foi obrigado por razões de saúde, a pedir a rescisão do seu contrato. Tendo regressado ao Porto, morreu pouco depois, ficando em exercício o Vice-Reitor Doutor Fonseca Roseira.

Entrava-se no 2º ano de funcionamento, a frequência dos Estudos Gerais aumentava e a tendência era para que continuasse crescendo, pois tinham desaparecido os obstáculos económicos que seleccionavam as idas para a Metrópole.

As frequências dos ensinos primário e secundário atingiam quantitativos verdadeiramente explosivos que permitiam prever, a curto prazo, uma muito maior procura da Universidade. Era necessário que os Estudos Gerais Universitários prosseguissem.

Na abertura do ano lectivo 1964-65, coube ao Professor Doutor Ivo Soares proferir a oração de sapiência, que versou: "O ensino universitário e alguns dos seus aspectos".

Não se conseguiu obter cópia deste trabalho, mas sabe-se que foi o desenvolvimento de um outro, apresentado em 1959 (24), sob o título: "Breves considerações sobre o ensino universitário" em que o Professor Ivo Soares concluía afirmando: "Compete ao professor conduzir os seus discípulos à posição adequada ao ensino superior, expondo os assuntos de maneira aliciante, despertando qualidades latentes. No entanto, se o professor pesquisa a reacção do auditório às suas prelecções e se o preocupa apenas a acessibilidade da informação transmitida, o mestre é obrigado a descer ao encontro da pretensão do aluno que procura apenas a instrução indispensável para o exercício profissional. Esta transigência repetida ao longo dos tempos, torna-se propiciadora do alarmante perigo duma quase identidade de finalidades com omissão da vasta e complexa função da Universidade. Na Escola bem organizada a lição não deve acabar com a aula; importa que ela prossiga, por qualquer forma, no convívio do aluno com o mestre. É esta uma das razões justificativas das necessidades de centros de estudo e de investigação pedagógica anexos aos vários serviços. Nesse ambiente, a comunicação entre mestre e discípulo estará mais facilitada. Perante certos temas, ambos serão estudantes". Foram estas linhas mestras as que no futuro viria a expressar, defender e aplicar nos Estudos Gerais e na Universidade que lhe sucedeu (24).



Vista aérea do Instituto de Investigação Veterinária, em Nova Lisboa (Huambo), onde funcionava o Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Lunada.

Novo Ministro do Ultramar – crise nos Estudos Gerais e soluções encontradas

Em Lisboa, uma remodelação ministerial levava à substituição do Ministro do Ultramar Comandante Peixoto Correia, pelo Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva e Cunha, que já vinha desempenhando funções de Sub-Secretário da mesma pasta. Pouco tempo depois da sua posse o novo Ministro desembarcava em Luanda, na companhia do seu colega da Educação Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles.

Os dois Ministros tomaram conhecimento da situação que se vivia nos Estudos Gerais a qual obrigava à interrupção de alguns dos cursos instituídos e à atribuição de bolsas para que os alunos não fossem prejudicados e prosseguissem seus estudos em Portugal, conforme previsto no Art. 8º do Decreto 44 530 (10).

Os Estudos Gerais não encontraram em Luanda os apoios locais que em Lisboa se imaginava existirem. A maioria dos Institutos de Investigação localizava-se na cidade de Nova Lisboa, distrito do Huambo, planalto de Benguela e alguns deles eram mesmo de recente formação tais como: Instituto de Investigação Médica, sucessor da "Missão de Pesquisa de Endemias" fundada em 1950 e extinta em 1961, o Instituto de Investigação Agronómica, também localizado em Nova Lisboa, que surgira ainda muito depois dele e resultara da agregação de várias instituições dispersas pelos Serviços de Agricultura e Florestas, Junta dos Cereais, Instituto do Algodão, Instituto do Café e várias Brigadas Técnicas. Também nessa cidade se localizava o mais antigo de todos os estabelecimentos de Investigação Científica Aplicada em Angola, pois a sua criação datava já de 1927 – o Laboratório Central de Patologia Veterinária, dos Serviços de Veterinária e da Indústria Animal de Angola.

Analisadas as facilidades existentes em Luanda, tornou-se evidente a impossibilidade de garantir a continuidade de alguns dos cursos e decidiu-se a criação de 51 bolsas para que os respectivos alunos prosseguissem os seus estudos na Metrópole, a partir do ano lectivo de 1966-67. Citamos os Cursos: Médico-Cirúrgico; as Engenharias: Mecânica e Químico-Industrial; Agronomia e Silvicultura.

Instalou-se assim uma crise nos Estudos Gerais de Angola, pois em Moçambique os seus gestores e, em especial o Reitor, não reconheciam essa necessidade e garantiam a continuidade escolar com indiscutível nível universitário, pois desde sempre haviam considerado essa evolução como natural e necessária. Além disso puderam desde logo contar com importantes estruturas de apoio que nessa Colónia se localizavam em Lourenço Marques e também com a proximidade de universidades e estabelecimentos de investigação da República da África do Sul.

Então começou a dar-se mais atenção aos recursos existentes em Angola.

O ainda Professor Decano dos Estudos Gerais, Doutor Ivo Soares, alinhava com os critérios do Reitor Veiga Simão e, desde há muito tempo encarava a transferência dos Cursos de Medicina Veterinária e das Engenharias Agronómica e Silvicultura para Nova Lisboa (Huambo). Idêntica opinião era defendida pelo Professor Doutor Joaquim Fiadeiro que fora membro da Comissão Instaladora dos Estudos Gerais e era Director e Docente da Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa.

A Repartição Distrital de Obras Públicas do Huambo até já efectuara os necessários estudos para a adaptação dos edifícios existentes no Laboratório Central de Patologia Veterinária ao Curso de Medicina Veterinária dos Estudos Gerais, sem prejuízo das suas tarefas usuais. As obras orçamentadas não excederiam os 250 000\$00 e esperava-se que esse Curso pudesse já funcionar em Nova Lisboa no ano lectivo 1964-65, o que não foi possível, pois somente em 17 de Novembro de 1965 pelo Diploma Legislativo Ministerial Nº 1 (3, 25) promulgado durante a visita a Angola do Ministro do Ultramar Prof. Doutor Silva Cunha, foi reconhecido oficialmente o prestígio Nacional e Internacional desse Laboratório Central que obrigava a transformá-lo em Instituto de Investigação Veterinária de Angola, colocando-o em paridade com outros estabelecimentos recentemente criados, "...mas principal e finalmente por que assim fica assegurado o necessário apoio aos Estudos Gerais Universitários de Angola para efeitos do ensino da Medicina Veterinária que, a partir do ano lectivo corrente, se realizará em Nova Lisboa...". Estava-se em 17 de Novembro de 1965.

Assim veio a suceder, ficando seu responsável o então 1º Assistente Doutor Victor Manuel Paes Caeiro. Mais tarde, em 1966, quando os Cursos Superiores de Agronomia e Silvicultura foram também transferidos para junto do Instituto de Investigação Agronómica de Angola, situado na Chianga – subúrbios de Nova Lisboa (Huambo) – convidaram-se mesmo alguns técnicos dos Institutos de Investigação Agronómica e de Veterinária para garantirem o ensino de algumas das disciplinas complementares (26) dos respectivos Cursos. Assim ficou criado um pólo universitário sob a responsabilidade do Prof. Eng. Silvicultor Manuel Gomes Guerreiro, delegado do Reitor. Adquiriu-se então um edifício para a instalação de uma residência universitária para 40 estudantes e construíram-se instalações desportivas. Da área com 1200 hectares do agora Instituto de Investigação Veterinária de Angola, desanexaram-se 10 hectares que foram entregues aos Estudos Gerais, adquiriram-se duas fazendas experimentais, com mais de 200 hectares, projectaram-se diversos edifícios para as Instalações definitivas das duas Faculdades, incluindo um hospital veterinário e admitia-se para esse "pólo" uma organização departamental.

Mas a força das circunstâncias obrigaria que em Angola, os seus Estudos Gerais se estendessem a uma

terceira cidade. Assim aconteceu com a criação dos cursos de Professores Adjuntos dos 8º e 11º grupos do Ensino Técnico Profissional (27) que ficaram a funcionar na cidade de Sá Bandeira. Nessa mesma ocasião os quadros de pessoal foram aumentados com mais professores e assistentes (28). Nesta segunda Delegação dos Estudos Gerais, a respectiva Biblioteca foi inaugurada em 1967 pelo Ministro do Ultramar, Prof. Doutor Silva Cunha. Depois, mais tarde, a localização dos bacharelatos de Filologia Românica, História e Geografia, traduziu o ensejo de vir a dotar a Huíla com uma Faculdade de Letras, como foco de irradiação cultural para o Sul de Angola (32). Assim se constituiu um segundo Pólo Universitário do qual o Professor Doutor Délio Nobre dos Santos foi nomeado Delegado do Reitor.

Entretanto o cargo de Reitor encontrava-se vago desde a exoneração a seu pedido, do Professor Doutor Mendonça Monteiro e tornava-se urgente o seu preenchimento. A escolha do Ministro do Ultramar distinguiria um Professor que, como decano, vinha acompanhando desde a primeira hora em Angola, a existência e a evolução dos Estudos Gerais – o Professor Doutor Ivo Ferreira Soares – o qual, sabendo que iria receber uma pesada herança, aceitou o desafio. A posse foi-lhe conferida, em Lisboa pelos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional, respectivamente Profs. Doutores Silva Cunha e Galvão Teles, em 31 de Março de 1966. O habitual discurso de posse foi proferido pelo Ministro Silva Cunha (28) que fez o elogio dos dois Reitores anteriores e disse da sua satisfação por ver o Professor Ivo Soares suceder-lhes nessas funções, pois desde o início fazia parte do corpo docente dos Estudos Gerais e neles, para além de professor catedrático do Curso de Medicina Veterinária, estruturara e dirigira o Laboratório de Cirurgia Experimental. "Conhece portanto, por experiência própria a vida da Instituição, os seus problemas, os seus anseios e as suas dificuldades". Promete apoio e historia rapidamente os Estudos Gerais para anunciar que um... "...despacho recente dos Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional definira os princípios a que deviam obedecer a continuação dos cursos, para além dos três anos em funcionamento" (esses dois Ministros admitiam, portanto, como certa a evolução natural dos Estudos Gerais para uma Universidade) e logo depois afirmava: "...Tem V. Ex^a. na frente uma vastíssima obra a realizar" mas, "a carreira docente de V. Ex^a., as suas altas qualidades de inteligência e de carácter, o sentido da responsabilidade com que tão dedicadamente tem servido a causa do Ensino e da Ciência, são garantia de que o cargo que hoje lhe é confiado pelo Governo será exercido com devotado espírito de Missão... e que tudo fará para que os objectivos sejam atingidos". Fazia-se, assim, justiça ao Universitário, à sua personalidade e capacidade organizativa, à sua inteligência e qualidades de coordenação interdisciplinar,

que vinha evidenciando desde a fundação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. Ao Reitor Ivo Soares iria caber a responsabilidade de assegurar a continuidade do ensino numa Universidade Nova, em pleno crescimento com o nível e a qualidade exigidos (3).

No discurso de agradecimento, o novo reitor, depois dos agradecimentos e referências aos seus antecessores, disse do novo rumo que se abria na sua vida, até então "devotada ao ensino e à pesquisa no ambiente aliciante do laboratório e do gabinete"... dizendo que "... a minha presença neste acto é motivo para mim de muita emoção, por me sentir ainda mais entregue aos Estudos Gerais, que vi nascer e tenho acompanhado em todas as suas dificuldades, em todos os seus êxitos". Afirma depois que: "Os Estudos Gerais não têm tido uma forma estática, imutável... É sabido e universalmente aceite que o valor das instituições é a resultante da capacidade dos homens que as integram... Pois este conhecimento marcará em cada instante as linhas essenciais de actividade da reitoria para conduzir a termo todos os cursos, guardando-lhes a eficiência e o prestígio de ensinamentos justificativos da universal aceitação das suas licenciaturas". E concluiu: "Senhores Ministros: dentro dos princípios enunciados, os Estudos Gerais hão-de corresponder ao que lhes é exigido no desenvolvimento da tarefa criadora em prol da ciência, da cultura e do progresso técnico e económico, para engrandecimento da Nação" (29).

No relatório da Reitoria referente ao ano lectivo 1966/67 (30) anunciava-se a contratação de novos docentes, muitos dos quais realizavam trabalhos para doutoramentos e concursos, em Luanda, Lisboa, Porto e Coimbra ou no estrangeiro (Inglaterra, Bélgica, França, Itália e Alemanha). Como consequência, fora possível dar continuidade aos cursos que haviam sido interrompidos no ano anterior. Também se venceram as dificuldades que limitavam o curso Médico-Cirúrgico aos três primeiros anos, graças à boa colaboração das Secretarias Provinciais da Saúde e das Obras Públicas, conseguindo-se definir uma Unidade Clínica com capacidade para 400 camas que satisfazia provisoriamente os objectivos do ensino e da investigação. Tratava-se de uma solução transitória para o ensino da fase clínica do Curso, tendo-se providenciado no sentido de se edificar, o mais rapidamente possível, um Hospital Universitário que contribuiria também para a assistência médica à população de Luanda. O planeamento do indispensável Hospital Escolar, a sua edificação e apetrechamento foram conseguidos em tempo recorde, para que nele se prelecionassem as disciplinas de formação clínica do Curso Médico-Cirúrgico.

As instalações universitárias nesta cidade encontravam-se, até então, dispersas e tinham carácter provisório. Pouco a pouco foram-se tornando insuficientes, pois mesmo algumas delas eram compartilhadas com departamentos oficiais diversos, sendo

indispensável que os Estudos Gerais dispusessem de edifícios próprios, com capacidade e estrutura correspondentes às suas finalidades.

Desde o início das suas actividades as inscrições nos Estudos Gerais quase haviam triplicado, passando de 286 em 1963-64 para 804, em 1967-68. Mantinha-se igualmente a representação dos Estudos Gerais em numerosos Simpósios, Congressos e Cursos. Promovia-se a deslocação a Luanda de numerosos Professores das Universidades metropolitanas que proferiam lições ou se ocupavam da estruturação de alguns dos cursos existentes na Província. Em Luanda inaugurou-se uma residência universitária a que se deu o nome de "Professor Mendonça Monteiro", em homenagem ao segundo reitor dos Estudos Gerais, recentemente falecido (30).

A Universidade de Luanda

Como já se esperava, o Decreto nº 48 790 (31), promoveu os Estudos Gerais a Universidade consagrando assim o trabalho eficiente de quantos tinham lançado as suas bases. Na sua dissertação inaugural do ano lectivo 1968/ 69 (32), exactamente no dia em que surgia, oficialmente, a Universidade que viria a chamar-se de Luanda, afirmava o seu Magnífico Reitor: "Na Universidade desta Província o aluno vive na estreita dependência do professor, em convívio salutar que quebra a possível rigidez escolástica da lição magistral. Os seminários e os colóquios são frequentes. Em alguns cursos, onde a relação professor-estudante é mais favorável pratica-se o sistema tutorial. O nosso aluno é conduzido a assumir posição activa perante o ensino, a não se comportar como mero espectador do trabalho docente" concluindo por afirmar que na "Universidade Nova todo o docente possa ser um mestre e cada aluno um autêntico estudante".

Estavam também à vista os primeiros licenciados, pois no ano lectivo de 1968-69, 6 estudantes de Medicina Veterinária haviam terminado os cinco anos de escolaridade obrigatória e iniciado o estágio exigidos pela licenciatura.

Durante este ano lectivo de 1968-69 criaram-se novas licenciaturas em Matemáticas, Pura e Aplicada, em Física, Química, Geologia e Biologia.

A Universidade de Luanda dispunha já de 139 docentes, sem contar com os professores que, em missão eventual, vinham orientar o ensino em alguns cursos. Então a admissão de novos professores e assistentes permitia manter um excelente valor da proporção docente-aluno, cuja taxa oscilava entre 5 e 7,4.

Receberam-se benefícios da Fundação Calouste Gulbenkian e houve, entre muitas outras, a visita do Director-Geral da Organização Mundial de Saúde que teve palavras de muito apreço pelo trabalho dos docentes do curso de Medicina.

Entretanto as dificuldades com a insuficiência das instalações, face ao sempre crescente número de alunos que procuravam a Universidade, foram atenuadas pela ocupação total de um novo edifício e das dependências que se partilhavam com o Instituto de Investigação Científica, bem como dois pavilhões cedidos pelo Laboratório de Engenharia de Angola para os cursos de Engenharias: Mecânica, Minas e Químico-Industrial.

Os Estudos Gerais Universitários cresciam sempre em número de alunos que, no seu 6º ano de existência, já transformados em Universidade de Luanda, rondava os 1500. O seu Reitor tinha todos os motivos para se mostrar orgulhoso da obra realizada, pois paralelamente à frequência discente crescia igualmente o número de docentes que, em 1968-69 era de 168. Previa-se para 1970 a entrada em funcionamento do curso de Ciências Económicas. Pensava-se no Curso Químico-Farmacêutico e nos cursos de Arquitectura e de Belas-Artes.

No ano de 1968 o Ministro do Ultramar inaugurou o Hospital Universitário, um grande edifício com 8 pisos e uma capacidade de 370 camas, situado na Avenida do Brasil. Projectado e edificado especialmente para os fins a que se destinava, estava apetrechado para satisfazer as exigências do ensino e da pesquisa médicas e constituía um modelo para uma insuperável função assistencial (33). "As despesas de



Reitor da Universidade de Luanda, Prof. Doutor Ivo Soares, na Sessão Solene da Abertura do Ano Lectivo de 1968/1969

construção civil, incluindo posto de transformação, ascensores e instalação de ar condicionado, orçaram pelos 41 300 contos; o custo de adaptação (incluindo o Bloco Cirúrgico) foi de 7 200 contos, o que fez um custo total de 48 500 contos. Com equipamento foram gastos 52 200 contos" (33). Com essa cerimónia, com o simples descerrar de uma placa, iniciava-se uma nova era na vida universitária de Angola. Embora algumas das instalações fossem ainda provisórias estava já prevista a sua transferência para um outro bloco, com maiores dimensões, cujo projecto também já estava concluído. O seu custo total excederia os cem mil contos (33).

Em 2 Outubro de 1970, o Decreto-Lei nº 456/70 criava os cursos Superiores de Economia nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques. Adoptava-se o plano e o regime de estudos idênticos aos da licenciatura da Universidade do Porto, para que se "assegurasse a preparação científica de um escol apto a colaborar eficazmente na administração de organizações vastas e complexas". Em Novembro desse mesmo ano, com 200 alunos inscritos, o curso teve o seu primeiro encontro. A primeira lição, considerada modelar, marcou a linha de rumo do curso e foi proferida pelo Magnífico Reitor que principiou por afirmar: "Venho ao vosso encontro, não como professor, pois bem distante é a ciência que cultivo, da matéria inscrita nos programas do curso que vindes frequentar. Venho, sim, como reitor para vos saudar e transmitir a minha alegria por saber que, a partir deste momento, a nossa família universitária fica mais aumentada" (34).

A Universidade de Luanda, pela mão do Reitor, coadjuvado por um escol de colaboradores, não descurava a preparação especializada dos seus alunos, oferecendo à Província elementos aptos a valorizarem as suas riquezas e isso concretizava-se objectivamente no curso de Engenharia de Minas onde, pela primeira vez na Universidade Portuguesa, sob a responsabilidade do Professor Fernando de Melo Mendes se criava a "Engenharia de Petróleos". Para com ele colaborar na sua estruturação, a reitoria chamou a Luanda o Prof. Sullivan S. Marsden Jor, da Universidade de Stanford (EUA). Por essa altura, em colaboração com as entidades ligadas à indústria dos Petróleos, realizou-se em Luanda o "I Encontro de Engenharia de Petróleos" (35).

E tentaram-se também novas experiências pedagógicas convidando o corpo discente à discussão de problemas que directamente lhe interessasse, fazendo da Universidade de Luanda uma autêntica corporação de professores e estudantes. O Reitor, Prof. Doutor Ivo Soares, dizia: "Pretendia-se que a Universidade de Luanda fosse uma Universidade Nova, pois seria de facto, erro grave reproduzir fielmente, hoje e nesta latitude, o modelo de Universidade Napoleónica, velha de quase duzentos anos, pois sabemos que, apesar de todos os ajustamentos e reformas, ela não corresponde às solicitações impostas modernamente à Escola Superior" (26).

Chegara a altura de se encarar com decisão a resolução do problema das instalações definitivas da Universidade de Luanda, que se dispersara pela cidade. A preocupação dominante das entidades responsáveis pela sua montagem centrara-se na constituição do corpo docente e no apetrechamento laboratorial. Nesse período, o que interessava, fundamentalmente, era garantir uma formação universitária aos técnicos que o desenvolvimento de Angola exigia urgentemente e recorreu-se a edifícios cedidos por Serviços Provinciais, a arrendamentos ou aquisições e construíram-se mesmo alguns pavilhões pré-fabricados de baixo custo. Os "barracões da Avenida de Lisboa" (como eram depreciativamente designados), com aparência modesta, eram climatizados, estavam bem apetrechados e eram adequados aos departamentos universitários que neles funcionavam (26).

A construção de uma Cidade Universitária, com a dimensão que a Universidade de Luanda já atingira, deveria ser planeada para assegurar o funcionamento do ensino e da investigação dos seus diversos cursos, mais os respectivos sectores administrativos, bibliotecas, serviços sociais e circum-escolares, seria tarefa para uma década e deveria custar cerca de 800 mil contos (26). Entretanto, o Magnífico Reitor anunciava estar tudo pronto para que, em Janeiro de 1973, fossem iniciadas as construções dos primeiros cinco pavilhões duplos onde se instalassem os Departamentos de Física, de Química e de Matemática, por serem os mais urgentes e acrescentava que toda a concepção estrutural e o traçado arquitectónico eram da responsabilidade de arquitectos e engenheiros de Angola (26).

Para esse efeito a Universidade de Luanda possuía, dentro do foral da cidade, na Corimba, um terreno com a área de 105 hectares (cerca de 1 200 por 850 metros), com um declive de mais ou menos 4%. As construções haviam sido programadas de modo a ajustarem-se às necessidades da Universidade, às disponibilidades de financiamento e considerar ainda que "...a instalação de um complexo universitário, neste mundo de evolução imprevisível deverá considerar soluções tão elásticas quanto possível" (26).

Quanto aos cursos de Agronomia e Veterinária continuariam localizados em Nova Lisboa, onde constituíam já um pólo universitário, em pleno e seguro desenvolvimento, começavam a dispor das primeiras instalações próprias e definitivas, incluindo um Hospital Escolar Veterinário.

Em Sá da Bandeira (Lubango) localizavam-se, para além das Ciências Pedagógicas, os bacharelatos em Filologia Românica, História e Geografia - um embrião da futura Faculdade de Letras, foco de irradiação cultural para todo o Sul de Angola (26).

No planeamento da "cidade universitária de Luanda" foram, naturalmente, tomadas em consideração as suas finalidades principais: "Constituir uma unidade de ensino-investigação, pedagógica e administrativamente funcional e eficaz". Tendo recebido,

em 1963 a matrícula de 286 alunos, este valor subira para 2 385 no ano de 1971, correspondendo a um crescimento anual de 31%. Previa-se que, "no fim do IV plano de fomento, em 1979, a frequência atingisse os 7 000 estudantes. Nessa altura seria benéfico o fenómeno da cissiparidade" (36).

A visita do Ministro da Educação Nacional

No ano de 1971, por convite do seu reitor, foi a Universidade de Luanda visitada pelo Ministro da Educação Nacional Professor Doutor José Veiga Simão, que se fez acompanhar por vários Reitores da Universidade Portuguesa. Viviam-se um novo estilo de governação nas palavras do Reitor Ivo Soares na saudação que então proferiu dirigidas ao Governante, mas também ao "pioneiro do ensino universitário no Ultramar Português, onde soube ditar na Província Irmã, coordenadas que muito contribuíram para abrir as inteligências à compreensão instantânea de reformar a Universidade. E esta última condição, que seguramente enforma o Ministro, reforça o júbilo que sentimos em receber Vossa Excelência" (37). E prosseguia: "Estamos em plena hora de renovação. Queremos romper o longo período de letargo em que, teimosamente nos ensimesmámos, refugiando-nos no culto de glórias do passado, desajustando-nos por isso mesmo do realismo do nosso tempo. Distanciámo-nos do mundo que nos envolve. Pressurosamente procuramos recuperar tempo perdido. Analisam-se e debatem-se, em ampla abertura os problemas que afectam a vida nacional. Não mais se pensa que o esclarecimento é atributo exclusivo de quem dirige, de quem governa. Todos são chamados a responsabilizar-se na cruzada de revisão em que estamos empenhados. Tem-se a ideia exacta de que não basta decretar certo; é indispensável adaptar a mentalidade dos portugueses ao cumprimento dos preceitos que se estabelecem" –curiosamente, um conceito que se mantém actual, decorridos que são algumas dezenas de anos... "Novo estilo se adoptou, que não raramente nos provoca impactos emocionais por vermos agora enunciados com iniludível clareza, erros e vícios que tantos assinalaram sem eco que quebrasse imobilismos e despertasse as consciências. Essa situação, vivemo-la nós próprios. Bem justificado foi o interesse com que escutamos a alocução que Vossa Excelência proferiu ao País, expressa depois no projecto do Sistema Escolar... Estudo profundo, padrão histórico, que enquadra o problema da Educação, vista a todos os níveis no contexto da vida nacional, numa lúcida perspectiva de bem servir os legítimos direitos de todo o povo português".

Enfim, na saudação então proferida pelo Reitor Ivo Soares existia uma sinceridade inultrapassável de alguém que finalmente podia expor sem receios os

seus pensamentos sobre o ensino universitário. "...impõe-se que desde já se corrijam atitudes, se quebrem tradições, que todos nos integremos, com sinceridade e devoção no cumprimento da tarefa que se nos exige, pois a rara oportunidade que nos é oferecida não pode ser desaproveitada, nem tão pouco prejudicada por inaceitáveis resistências ditadas pelo comodismo de posições adquiridas, privilégios de grupos ou de classes. Esta é a filosofia que nos inspira e conduz no prosseguimento da evolução da estrutura de ensino superior nesta Província onde nos dispomos a beneficiar das linhas gerais definidas para a reforma da Universidade portuguesa, agora divulgadas... Cedo em Angola nos apercebemos de que a Universidade de Luanda não podia ser, em nenhum momento, em nenhuma circunstância, uma Instituição refugiada nos seus claustros, sem reflexos directos e imediatos na sociedade em que estava inserida".

E concluiu: "Senhor Ministro, a Universidade de Luanda... é centro vivo que bem se articula com os propósitos definidos como coordenadas da reforma universitária promovida por Vossa Excelência com palavras e atitudes correctamente ajustadas à política de renovação da estrutura nacional... que teremos de vencer para podermos sobreviver" (37).

E chegou-se ao ano de 1974 a Universidade de Luanda estava firmemente implantada e em pleno crescimento. Em 12 anos realizara-se uma obra imensa. Todos os licenciados produzidos haviam sido imediatamente absorvidos pelas estruturas do agora cognominado Estado de Angola.

Estavam em funcionamento os seguintes cursos:

- . Ciências Pedagógicas;
- . Médico-Cirúrgico;
- . Engenharias: Civil, Minas, Mecânica, Electrotécnica, Química Industrial, Petróleos;
- . Agronomia e Silvicultura;
- . Medicina Veterinária;
- . Matemáticas, Física, Química e Biologia - parte geral;
- . Economia;
- . Filologia Românica, História e Geografia - parte geral.

Outros cursos estavam previstos. A Universidade correspondera ao que dela se esperava. O Reitor em exercício que vinha padecendo de gravíssimos problemas de saúde desde há vários anos, desejoso de uma vida menos preocupante, certo de que a Universidade de Luanda continuaria no caminho que traçara com o acompanhamento dos seus numerosos colaboradores (muitos dos quais ajudara a formar), fiel aos princípios enunciados na sua posse no já distante ano de 1966: "... os futuros professores... não serão docentes improvisados", pois "é sabido e universalmente aceite que o valor das instituições é a resultante da capacidade dos homens que as integram", decidiu dar por finda a sua comissão de serviço, sem poder assistir ao

perturbado alvorecer da nova Nação que a História estava prestes a impor.

O nascimento de uma Nação é sempre um acontecimento difícil, fértil em acontecimentos de toda a ordem. A Universidade de Luanda viveu ocasiões muito graves, com o êxodo da quase totalidade dos seus docentes e a destruição de muitas das suas estruturas mas, porque a semente era boa e indestrutível, ela soube renascer enquadrada numa nova era de Paz, Tranquilidade e Progresso.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Ivo Ferreira Soares, Magnífico Reitor da Universidade de Luanda, seu Obreiro desde a 1ª hora, Excelentíssimo Colega e Amigo sem cujo estímulo, auxílio e inspiração, permitindo-me o acesso ao seu arquivo pessoal, este apontamento não teria sido possível.

À Sociedade de Geografia de Lisboa, por me ter possibilitado consultar a sua esplêndida biblioteca. Ao Colega e Amigo Alexandre Cameira Leitão pela ajuda na informatização do texto e suas sempre oportunas críticas, o meu Muito Obrigado.

Nota final: este trabalho foi escrito por sugestão do Exmo. Senhor Professor Doutor José Veiga Simão, para uma eventual publicação pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Bibliografia

- (1) Dias, Gastão Sousa (1934). Angola – o ensino. 1ª Exposição Colonial Portuguesa
- (2) Daskalos, Sócrates (2000). Um testemunho para a História de Angola. Edições Vega. Lisboa, pág. 60/2
- (3) Mendes, A. Martins (2002). Faculdade de Ciências Veterinárias. Episteme, Ano IV, nºs 10 a 12, pág. 391-426.
- (4) S/A - Boletim Geral do Ultramar (1962). Ano 38º, Julho, nº 445, pág. 146.
- (5) Deslandes, Venâncio Augusto (1962). S/T - discurso no Conselho Legislativo, 4 de Abril 1962. Folheto 13,5x20 cm Imprensa Nacional, Luanda.
- (6) S/A - Boletim Oficial Angola (1962). Diploma Legislativo 3 235. Suplemento nº 16, I série, 21/04/62, pág. 637-638.
- (7) Moreira, Adriano (1961). Discurso na Câmara Municipal da Beira. Bol. Geral do Ultr. Ano 37º, Out./Dez., nos. 436/8, pág. 53-56.
- (8) Moreira, Adriano (2003). Informação pessoal.
- (9) S/A - Bol. Geral do Ultr. (1962). Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Ano 38º, Julho, nº 445, pág. 146/7.
- (10) Decreto-Lei nº 44 530 de 21/08/1962. Bol. Of. Angola, I série, nº 36, Set., 1962, pág. 1 195/6.
- (11) S/A - Bol. Of. Angola (1962). I série, nº 36, 08/09/962, pág. 1 194/5.
- (12) Cruz, Guilherme Braga da (1963). Relatório da Universidade de Coimbra, anexo I., pág. 35/6.
- (13) S/A - Bol. Geral do Ultr. (1962) Ano XXXVIII, nº 439/50- Nov./Dez. 1962, pág. 59/72.
- (14) S/A - Decreto 44 644, 24/10/1962. Bol. Of. Angola, suplemento nº 42 da I serie, 26/10/962, pág. 1 351/52.
- (15) S/A - Bol. Geral do Ultr. (1962) Cerimónia da posse dos primeiros reitores. Ano XXXVIII, nºs. 439/50- Nov. Dez. 1962, pág. 59 / 72.
- (16) S/A - Decreto nº 44 644 de 24.10.962. Bol. Of. Angola, I série, nº 44 de 03/11/1962, pág. 1361.
- (17) S/A - Bol. Geral do Ultr. (1963). Estudos Gerais Universitários. Ano XXIX, Março, 1963, nº 453, pág. 127/8.
- (18) S/A - Bol. Of. Angola. I serie. nº 52, 31/12/963, pág. 2039.
- (19) S/A - Portaria 20 027 de 24/08/1963. Diário Governo, I série, pág. 199.
- (20) S/A - Portarias de 02/09/1993. Bol. Of. Angola, II Série, nº 42, 19/10/963.
- (21) S/A - Bol. Geral do Ultr. (1963). Suplemento nºs 458 a 260, Ago. a Out. 1963, pág. 185-194.
- (22) S/A - Portaria de 07/10/1963. Bol. Of. Angola, II série, 19/10/963, pág. 2217.
- (23) S/A - Bol. Geral do Ultr. (1963). Ano XXXIX, Nov. Dez. 1963, nºs 461/462, pág. 372-375.
- (24) Soares, Ivo (1959). Breves considerações sobre o ensino no universitário. Revista de Ciênc. Veter., Vol. LIV, Julho/Set. nº 370, pág. 231-234.
- (25) S/A - Bol. Of. Angola (1965). I série, nº 46, 17/11/965, pág. 3 304.
- (26) Diário de Luanda (1972). Entrevista ao Reitor Ivo Soares, 13/11/1972, pág. 16/17.
- (27) S/A - Decreto- Lei nº 46 550, 24/09/1965.
- (28) Cunha, J.M. da Silva (1966). Na posse do Reitor dos Estudos Gerais de Angola. Bol. Geral do Ultr., Ano XLII, nº 490, pág. 81-86.
- (29) Soares, Ivo (1967). Servindo os Estudos Gerais Universitários de Angola - primeiras palavras. Folheto datado 31/03/966, 9 pág. Impressas, 17,0x24,0 cm., S/ indicação de editor ou impressor.
- (30) Soares, Ivo (1967). Actividade Universitária no ano lectivo 1966-67, Luanda. Tipografia Angolana.
- (31) S/A - Decreto-Lei nº 48 790 de 23/12/1968.
- (32) Soares, Ivo (1969). Actividade Escolar no ano lectivo 1968-69, impresso em Luanda, Tipografia Angolana.
- (33) S/A - Act. Univers. (1969). Luanda, Ano I, nº 7, Dez., pág. 12-19.
- (34) Soares, Ivo (1970). Objectivos do Ensino das Ciências Económicas. Documento policopiado c/ 4 páginas.
- (35) S/A - Act. Univers. (1970), Luanda, Ano I, nº 7, Março, pág. 6.
- (36) S/A - Universidade de Luanda (1972). Relatório Sectorial, Luanda, 1972., 50 pág.
- (37) Soares, Ivo (1971). Palavras de saudação proferidas pelo Reitor da Universidade de Luanda, na visita do Senhor Ministro da Educação Nacional. Ed. da Universidade de Luanda. 7 páginas, Tipografia Grafimor, Luanda.